PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 18 de agosto de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 4557/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais; e considerando a decisão unânime do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na 14ª Sessão Ordinária Híbrida, realizada no dia 16/8/2022, cujo Extrato de Ata foi publicada no D.O.E. de 18/8/2022,

R E S O L V E:

REMOVER, pelo critério de antiguidade, o Promotor de Justiça de 3ª Entrância MAURO JOSÉ MENDES DE ALMEIDA para o cargo de 2º Promotor de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 18 de agosto de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 4558/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais; e considerando a decisão unânime do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na 14ª Sessão Ordinária Híbrida, realizada no dia 16/8/2022, cujo Extrato de Ata foi publicada no D.O.E. de 18/8/2022,

R E S O L V E:

PROMOVER, pelo critério de antiguidade, de acordo com o art. 184, inciso II, da Constituição do Estado do Pará, de 5/10/1989, e art. 96 da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006, a Promotora de Justiça de 2ª Entrância PATRICIA DE FÁTIMA DE CARVALHO ARAÚJO para o cargo de 11º Promotor de Justiça com Atribuições Gerais de Belém.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 18 de agosto de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 842061

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 005/2022-MP/3ªPJ ABAETETUBA
Destinatários: PREFEITA MUNICIPAL DE ABAETETUBA, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

A 3ª Promotoria de Justiça de Abaetetuba RESOLVE RECOMENDAR QUE:

I. Aos médicos, profissionais da área de saúde, professores, diretores e responsáveis por estabelecimentos de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola, creche ou entidades de atendimento, que comuniquem ao Conselho Tutelar local ou à Promotoria de Justiça da comarca, tão logo tenham conhecimento, os casos de suspeita ou confirmação de violência (agressões físicas, agressões psicológicas, maus-tratos, negligência, abuso e exploração sexual), contra crianças e adolescentes de que tenham conhecimento, para adoção das providências cabíveis. II. Que quando da comunicação, sejam fornecidos os dados relativos à situação da criança ou adolescente e/ou à violência por ela sofrida de que tenham conhecimento, inclusive, se possível, nome e endereço dos pais ou responsável, nome e endereço do agressor/abusador etc. III. Que a Prefeita Municipal apresente junto com o Secretário de Educação e Secretário de Saúde no prazo de 30 (trinta) dias cronograma de capacitação dos profissionais de saúde e educação, no que tange o encaminhamento de notificações de violência (agressões físicas, agressões psicológicas, maus-tratos, negligência, abuso e exploração sexual), contra crianças e adolescentes de que tenham conhecimento; IV. Que o Conselho Tutelar, quando do recebimento da comunicação, leve o fato diretamente ao conhecimento do Ministério Público (cf. art.136, inciso IV, do ECA), para fins de deflagração de procedimento investigatório próprio destinado à apuração do fato, a cargo da polícia judiciária, sem prejuízo do acionamento de outros serviços e programas municipais destinados ao atendimento da mesma e de sua família V. Que o atendimento da criança/adolescente na rede de proteção obedeça rigorosamente o disposto na Lei 13.431\2017, regulamentada pelo decreto 9.603\2018, evitando-se a revitimização. VI. REMETAM-SE CÓPIA AOS DESTINATÁRIOS, para cumprimento, solicitando, no mesmo expediente, que os destinatários promovam a imediata e adequada divulgação desta Recomendação (Lei nº 8.625/1993, art. 27, Parágrafo Único, IV, in fine), bem assim que informe, em 30 (trinta) dias, a contar da ciência da presente Recomendação, sobre o acatamento da orientação aqui recomendada e as providências já adotadas para o seu fiel cumprimento.

Abaetetuba/PA, 17/08/2022

ADRIANA PASSOS FERREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 842062

Extrato da Portaria nº 011/2022-MP/3ª PJP

A Promotora de Justiça do 3º Cargo Cível de Parauapebas, com fundamento no art. 129, da CF/88, art. 26, da Lei nº 8.625/93, art. 52, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e no art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 001/2022 de Portaria nº 011/2022-MP/3ª PJP, do SIMP nº 004368-030/2022 (Eletrônico), o qual se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Parauapebas, situada na Rua C, qd. 37, Ists. 7 e 8, Bairro Cidade Nova, CEP 68.515-000 - Parauapebas - Pará - Fone: (94) 3352-6400/3352-6401.

Portaria nº 011/2022-MP/3ª PJP - Inquérito Civil n.º 001/2022

Polo Passivo: Atacadão Macre.

Assunto: Apurar possível cobrança indevida de sacolas plásticas descartáveis biodegradáveis em face do Supermercado "ATACADÃO MACRE", localizado na Rod. PA 160, KM 03, S/n dos Minérios, Parauapebas - PA, 68515-000, em desacordo com a Lei Municipal n.º 5.043/2021.

Crystina Michiko Taketa Morikawa - Promotora de Justiça.

Protocolo: 842063

EXTRATO DE PORTARIA

O Ministério Público, através da 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, na forma do artigo 8º, inciso IV, da Resolução nº 174/2017, do CNMP, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, autuado sob o número 000091-200/2022, que se encontra à disposição no prédio onde funciona o Ministério Público Estadual, no Município de Ananindeua, situado na Rodovia BR 316, s/nº, Km 8, CEP: 67.030-970, telefone: (91) 3239 4847.

Portaria nº 37/2022 - MP-2ªPJDC

Procedimento Administrativo nº: 000091-200/2022

Objeto: Instaurar o presente Procedimento Administrativo a fim de acompanhar e fiscalizar o atendimento aos requisitos legais, na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência médica-ambulatorial e laboratorial aos pacientes do SUS, no município de Ananindeua, através do processo n. 001/2018/2018-PMA/SESU.

Ananindeua/PA, 05 de agosto de 2022.

Promotor de Justiça - Júlio César Sousa Costa

Protocolo: 842058

EXTRATO DE PORTARIA

A 1ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fulcro no artigo 54, inciso VI e § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 057/06, e, no artigo 4º, inciso VI, da Resolução nº 23 do CNMP, de 17.09.07, torna pública a instauração do Inquérito Civil, autuado sob o nº 000096-200/2016, que se encontra à disposição no prédio onde funciona o Ministério Público Estadual, no Município de Ananindeua, situado na Rodovia BR 316, s/nº, Km 8, CEP: 67.030-970, telefone: (91) 3239 4847.

Portaria nº 015/2021-MP-1ªPJDC

Inquérito Civil nº 000096-200/2016

Objeto: "Investigar possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos do Plano de Aceleração do Crescimento, relacionados ao contrato de empréstimo celebrado entre a Prefeitura de Ananindeua e a Caixa Econômica Federal (contrato nº 229.060-68/08), no valor de R\$ 18.145.000,00, tendo como objeto a urbanização dos bairros de Nova Esperança e 28 de Agosto".

Órgão de Execução Ministerial: 1ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua.

Promotora de Justiça: Fábiana Mussi de Oliveira Lima.

Republicada por falha na anterior.

Protocolo: 842072

PORTARIA Nº 4571/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado no "SIP" sob o nº 11397/2022, em 2/8/2022,

R E S O L V E:

AUTORIZAR a Promotora de Justiça ANA CLÁUDIA BASTOS DE PINHO, sem ônus para o Ministério Público do Estado do Pará, a se deslocar desta Capital a Florianópolis-SC, no período de 22 a 23/9/2022, a fim de participar, na qualidade de palestrante, do XI Encontro Brasileiro da Advocacia Criminal - EBAC.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 18 de agosto de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 4576/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 483/2022-MP/GAECO, de 8/8/2022, protocolizado no "SIP" sob o nº 11699/2022, em 9/8/2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 141, inciso III, § 8º, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, §3º, da Resolução nº 006/2019/MP/CSMP, de 10/7/2019, publicada no D.O.E. de 16/7/2019,

R E S O L V E:

AUTORIZAR a Promotora de Justiça ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO, com prejuízo de suas atribuições, e sem ônus para o Ministério Público do Estado do Pará, a se deslocar desta Capital à cidade de Puerto Iguazú, Província de Misiones, Argentina, a fim de participar do "Curso sobre lavagem de dinheiro baseada no sistema de comércio e sua conexão com organizações criminosas transacionais e e financiamento do terrorismo", promovido pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 18 de agosto de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 842056

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Publicação trimestral conforme art. 15, §2º da Lei nº 8.666/93)

Nº. da Ata de Registro de Preços: 061/2021-MP/PA.

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 046/2021-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa SERRA MOBILE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (CNPJ/MF nº 07.875.146/0001-20).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE POLTRONA TIPO UNIVERSITÁRIA.

Data da Assinatura: 19/11/2021.

Vigência: 22/11/2021 a 22/11/2022.

Preços Registrados: